



PORTARIA Nº 007, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

Milton Monti, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, consoante Portaria nº 14, de 02 de janeiro de 2025.

Dispõe sobre a nomeação de Autoridade Sanitária no âmbito da Regulação Ambulatorial da Secretaria Municipal de Saúde de Barueri e dá outras providências.

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e a organização e funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que tipifica infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas;

Considerando o Código Sanitário do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998);

Considerando a necessidade de assegurar respaldo técnico, administrativo e legal às ações de Regulação Ambulatorial, garantindo legitimidade, eficiência, transparência e segurança sanitária;

Considerando a competência municipal para regular, fiscalizar e organizar a oferta de serviços de saúde, conforme legislação em vigor,

Resolve:

Art. 1º Ficam nomeados(as) como Autoridade Sanitária no âmbito da Regulação de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde os(as) seguintes profissionais:

- Roberto Santamarca Galvão, CRM nº 75.853;
- Celeste da Cruz Gonçalves Rego, CRM nº 77.800;
- Edson Machado Junior, CRM nº 187.417;
- Reginaldo de Oliveira Doudement, CRM nº 58.479;
- Carlos Roberto de Arruda Mendes, CRM nº 69.404;
- Priscila Paula Santos Sousa, COREN nº 298464
- Danilo Leonel do Nascimento, COREN nº 615.789;
- Suzete dos Santos Alves, COREN nº 304.709;
- Adriane Cláudia da Silva, COREN nº 195.757;
- Simonia Aparecida de Oliveira, COREN nº 308.354;

- Gilda Cristina Soares, COREN nº 162.248;
- Eliana de Paula Silveira, COREN nº 154.037;
- Luciana Pires Gonçalves, COREN nº 410.367;

Art. 2º – Do Escopo de Atuação

Compete às Autoridades Sanitárias ora nomeadas:

I – Avaliar solicitações de consultas, exames e procedimentos ambulatoriais, qualificando filas e fluxos regulatórios segundo critérios de risco, prioridade clínica e disponibilidade de recursos;

II – Emitir pareceres técnicos fundamentados, assegurando o cumprimento das normas sanitárias, éticas e administrativas;

III – Requisitar informações e documentos aos serviços de saúde públicos ou conveniados, quando necessários à regulação sanitária;

IV – Lavar termos de ciência, intimação ou relatórios técnicos de conformidade, quando cabível;

V – Propor medidas corretivas ou preventivas para assegurar a integralidade, equidade e legalidade no acesso aos serviços ambulatoriais;

VI – Atuar em cooperação com as instâncias técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º – Das Prerrogativas

No exercício de suas funções, as Autoridades Sanitárias têm fé pública e respaldo legal para:

I – Determinar ajustes em fluxos regulatórios que envolvam risco à saúde da população;

II – Sugerir medidas de caráter emergencial à Coordenação e ao Secretário de Saúde, sempre que constatada ameaça sanitária relevante;

III – Representar o município em processos de auditoria, fiscalização e inspeção relacionados à Regulação de Urgência e Emergência.

Art. 4º – Da Substituição e Impedimentos

I – Em casos de férias, afastamento ou impedimento legal, a Diretoria Técnica da Regulação indicará substituto (a) devidamente habilitado (a);

II – Situações de suspensão ou impedimento deverão ser comunicadas imediatamente à Coordenação e ao Secretário de Saúde, em conformidade com a legislação administrativa vigente.

Art. 5º – Da Vigência

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barueri, 12 de janeiro de 2026.

MILTON MONTI  
Secretário de Saúde

SEMA

SECRETARIA DE RECURSOS  
NATURAIS E MEIO AMBIENTE

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE BIODIVERSIDADE

DIVISÃO DE ÁREAS VERDES

RELAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA E/OU INTERVENÇÃO EM  
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP

A SEMA com uso das atribuições que concedidas por meio da Resolução sema Nº 02/2023 consoante à Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2024, torna público que **CONCEDEU** autorizações seguintes:

ERRATA										
ON SE LEI:										
RELA	ANO PROC.	Nº PROC.	INTERESSADO	ENDEREÇO	BARRIO	SITUAÇÃO	TIPO DE AUTORIZAÇÃO	ANO DOC.	Nº DOC.	DATA EMISSÃO
PMR	2024	149030	FLAVIO MARCHI RAMOS	AL. REPUBLICA DO PARAGUAI - LOTE 2 - QUADRA I	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	2024	095	15/01/2025
PMR	2024	149244	PRIN. DA EMPREENHADORIA INOVARBARRIOS LTDA	AV. SÃO VIALDOBRIO OLIVEIRA, 2208	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	2024	095	15/01/2025
PMR	2024	149279	MARCEL VILALVES GARRA	AV. PUL. TOS. 30 - QUADRA 30	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	2024	097	16/01/2025
PMR	2024	149284	PRIN. DA EMPREENHADORIA INOVARBARRIOS LTDA	AV. SÃO VIALDOBRIO OLIVEIRA, 2208	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	095	15/01/2025
PMR	2024	149285	DELIA	AV. DOS ROMBOS, 2770 - PRATE DA SABA C	OSCAROESTE	REGULAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	097	16/01/2025
PMR	2024	149883	WANDER ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA Lda	AV. BRASIL, 41 - LOTES 12 E 13 - QUADRA 01	OSCAROESTE	REGULAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	094	15/01/2025
PMR	2024	149884	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI	AV. LIBERDADE DO SENHOR DOS REIS	OSCAROESTE	REGULAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	095	15/01/2025

LEIA-SE:										
RELA	ANO PROC.	Nº PROC.	INTERESSADO	ENDEREÇO	BARRIO	SITUAÇÃO	TIPO DE AUTORIZAÇÃO	ANO DOC.	Nº DOC.	DATA EMISSÃO
PMR	2024	149030	FLAVIO MARCHI RAMOS	AL. REPUBLICA DO PARAGUAI - LOTE 2 - QUADRA I	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	2024	095	15/01/2025
PMR	2024	149244	PRIN. DA EMPREENHADORIA INOVARBARRIOS LTDA	AV. SÃO VIALDOBRIO OLIVEIRA, 2208	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	2024	095	15/01/2025
PMR	2024	149279	MARCEL VILALVES GARRA	AV. PUL. TOS. 30 - QUADRA 30	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO	2024	097	16/01/2025
PMR	2024	149284	PRIN. DA EMPREENHADORIA INOVARBARRIOS LTDA	AV. SÃO VIALDOBRIO OLIVEIRA, 2208	OSCAROESTE	AUTORIZAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	095	15/01/2025
PMR	2024	149285	SPITALAT ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES Lda	EST. DOS ROMBOS, 2770 - PRATE DA SABA C	OSCAROESTE	REGULAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	095	15/01/2025
PMR	2024	149883	WANDER ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA Lda	AV. BRASIL, 41 - LOTES 12 E 13 - QUADRA 01	OSCAROESTE	REGULAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	094	15/01/2025
PMR	2024	149884	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI	AV. LIBERDADE DO SENHOR DOS REIS	OSCAROESTE	REGULAÇÃO	INTERVENÇÃO EM APP	2024	095	15/01/2025

Divisão de Saneamento Básico

Considerando os termos da Lei Municipal nº. 1892 de 2009, estão NOTIFICADOS os proprietários ou responsáveis pelos imóveis abaixo relacionados para providenciarem, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, sob pena de aplicação das penalidades previstas na lei, as exigências estabelecidas nas notificações encaminhadas aos endereços dos notificados, cuja cópia encontra-se disponível na Divisão de Saneamento Básico, podendo ser retirada pelos responsáveis.

Os referidos proprietários e responsáveis deverão entrar em contato com a Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente, situada a Avenida Henriqueta Mendes Guerra, nº. 1.124 Jd. São Pedro, de 2ª à 6ª, das 8:30 as 16:30, para atualizar seus endereços de correspondência e interpor recursos.

Not. 001 - Rua Frei Henrique Soares de Coimbra, nº 369 - Parque Imperial

Not. 002 - Rua Dora, nº 265 - Parque dos Camargos

Not. 003 - Maria Siqueira, 442 - Jardim Silveira

Not. 004 - Av. São Paulo das Missões, 34 - Jardim Barueri

Not. 005 - Rua Thomaz Antonio Gonzaga, 117 - Parque Imperial

PORTARIA Nº 019, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2025.

MARCO ANTONIO HERINGER DE OLIVEIRA, Secretário de Recursos Naturais e Meio Ambiente de Barueri, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

I – Designar os membros abaixo para atuarem como fiscais responsáveis do contrato com o objetivo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços manutenção corretiva e preventiva de bombas hidráulicas nas unidades da Secretaria de Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Titular: Claudio Alex Marques

Matrícula: 103662

Suplente: Nelson Ferreira de Souza

Matrícula: 103789

II. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III. Publique-se e cumpra-se a presente portaria.

Barueri, 19 de dezembro de 2025.

MARCO ANTONIO HERINGER DE OLIVEIRA

Secretário de Recursos Naturais e Meio Ambiente de Barueri

PORTARIA Nº 018, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

MARCO ANTONIO HERINGER DE OLIVEIRA, Secretário de Recursos Naturais e Meio Ambiente de Barueri, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

I – Designar os membros abaixo para atuarem como fiscais responsáveis do contrato com o objetivo de contratação de empresa para prestação de serviços de corte e poda de árvores em via pública, próprios públicos e área particular de baixa renda por meio da técnica de escalada e desmonte.

Titular: Ickaro Pablo Andrade Santos

Matrícula 035072

Suplente: Lucas de Siqueira Cardinelli

Matrícula 30262

II. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III. Publique-se e cumpra-se a presente portaria.

Barueri, 11 de dezembro de 2025.

MARCO ANTONIO HERINGER DE OLIVEIRA

Secretário de Recursos Naturais e Meio Ambiente de Barueri

SECRETARIA  
DE OBRAS

PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 011/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO EM DIVERSAS SEDES DE PRÓPRIOS PÚBLICOS DE BARUERI. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: Dia 09/02/2026 às 09h00, no site eletrônico <https://compras.barueri.sp.gov.br> – EDITAL: Disponível a partir do dia 15/01/2026 – Maiores esclarecimentos <https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-instrucoes.pdf> – Pregoeiro (a) – VIVIANE ALVES DE LIMA.

PREGÃO ELETRÔNICO SO/Nº 012/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA AVENIDA IRACEMA, RUA ANTÔNIO PASINATO E AVENIDA GUILHERME ROHN – ALDEIA DE BARUERI, CONFORME PROCESSO DE CONVÊNIO DM 062719 TERMO DE CONVÊNIO 101387/2024. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: Dia 10/03/2026 às 09h00, no site eletrônico <https://compras.barueri.sp.gov.br> – EDITAL: Disponível a partir do dia 15/01/2026 – Maiores esclarecimentos <https://www.barueri.sp.gov.br/sistemas/Licitacoes/Download/02-instrucoes.pdf> – Pregoeiro (a) – FERNANDO COSTA DA SILVA.

SADM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Convocamos os candidatos, abaixo relacionados, a comparecerem na Secretaria de Administração, situada à Rua do Paço, nº. 08 - Centro – Barueri – SP, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, nos termos do artigo 12, parágrafo 1º da Lei Complementar nº. 277, de 07 de outubro de 2011. (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Barueri).

O não comparecimento implicará em sua desclassificação.

NOME	CARGO EFETIVO	EDITAL	CLASSIFICAÇÃO
NATHALIA NOVELLO FERREIRA	MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA	002/2022	05
ELIANE DE LIMA FRUTUOSO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	002/2023	217
GABRIELA CARDOSO BEZERRA DA SILVA	INSPECTOR DE ALUNOS	001/2024	98
ROSALINA MARINHO ANDRADE RODRIGUES	PEB I	001/2024	105
RONNY MIGLIAVACCA REGIS	PEB I	001/2024	121
LEANDRA DE FREITAS	PEB I	001/2024	221
BRENDA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA	PEB I	001/2024	273
MARIA DE FATIMA TERUEL	PEB I	001/2024	274

CILENE RODRIGUES BITTENCOURT  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025/SE

CONVOCAÇÃO

NOME	FUNÇÃO TEMPORÁRIA	PROCESSO SELETIVO	CLASSIFICAÇÃO
PAULA DE CÁSSIA SOARES LIMA	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	001/2025	116
TATIANA CRISTINA TOMIATTI OLIER SILVA	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	001/2025	117
ANDREA RAMIRES LOURENÇO	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	001/2025	118
TAMARA ROMANET IBACACHE	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	001/2025	119
ANDREA MARIA GIROLDO ASSIS	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	001/2025	120

CILENE RODRIGUES BITTENCOURT  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 006/2025/SADM

CONVOCAÇÃO

Convocamos o candidato, abaixo relacionado, a comparecer na Secretaria de Administração, situada à Rua do Paço, nº. 08 - Centro – Barueri – SP, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, nos termos do artigo 12, parágrafo 1º da Lei Complementar nº. 277, de 07 de outubro de 2011. (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Barueri).

Trata-se de processo seletivo para nomeação temporária, que se utilizou da classificação do Concurso Público nº 001/2024, como critério de seleção.

O não comparecimento implicará em sua desclassificação tão somente deste Processo Seletivo, não havendo qualquer alteração em relação ao Concurso Público.

NOME	FUNÇÃO TEMPORÁRIA	PROCESSO SELETIVO	CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO	CLASSIFICAÇÃO
PEDRO EGÍDIO NAKASONE	ASSISTENTE SOCIAL	006/2025	67	53

CILENE RODRIGUES BITTENCOURT  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI  
EDITAL Nº 03/2026 – DE RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o Edital nº 01/2025 de Abertura de Inscrições, publicado no Jornal Oficial de Barueri, em 17 de dezembro de 2025, resolve RETIFICAR os itens indicados abaixo:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENSINO SUPERIOR – GRUPO III

Leia-se como segue e não como constou:

FARMACÉUTICO (CARGO 2501)

História do Sistema de Saúde no Brasil e Reforma Sanitária. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, estrutura e organização. Controle Social e gestão participativa. Constituição – Título VIII – artigos 194 a 200. Lei nº 8.080/1990 – alterações. Lei nº 14.758/2023. Lei nº 8.142/1990 e alterações. Decreto nº 7.508/2011 e alterações. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes. Vigilância em Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Noções Básicas de Epidemiologia. Ouvidoria do SUS. Direitos e Deveres dos usuários da saúde. Redes de Atenção à Saúde. Modelos Assistenciais. Humanização do atendimento. Política Nacional de Promoção da Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências; Programa Nacional de Segurança do Paciente. Educação Popular em Saúde; Educação Permanente em Saúde. Trabalho em equipe e interprofissionalidade; Doenças de Notificação compulsória; Acilimento em Saúde. Apoio Matricial. Política Nacional de Atenção Básica – (PNAB) 2017. Política Nacional de Atenção Especializada (PNAES). Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC). Especialidade: Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Assistência Farmacêutica na Estratégia Saúde da Família. Uso racional de antimicrobianos. Sistema HÓRUS nas farmácias do SUS. Código de Ética Farmacêutica (Resolução CFF nº 724/2022) e Código de Processo Ético (Resolução CFF nº 711/06.2021). Princípios de ética profissional (Resolução CFF nº 586/2014). Farmacologia Geral: Farmacocinética, Farmacodinâmica, Fatores que alteram os efeitos dos medicamentos. Conceito de biodisponibilidade e bioequivalência. Assistência Farmacêutica: Ciclo da Assistência Farmacêutica: seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, prescrição, dispensação de medicamentos. Uso Racional de Medicamentos, 96 Assistência Farmacêutica no SUS. Noções sobre atividades administrativas e gerenciais na assistência Farmacêutica: Planejamento de atividades, elaboração de procedimentos, organização, logística e administração de materiais, acompanhamentos físico-financeiros, controle de estoque, ponto de ressurgimento. Noções gerais da legislação vigente sobre: Financiamento da assistência farmacêutica; Medicamentos Essenciais; Boas práticas de armazenamento e distribuição de medicamentos; Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias; Medicamentos sob controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações); Licitação Pública; Controle de infecção hospitalar; Regulamentação da farmácia clínica e prescrição farmacêutica (Resolução CFF nº 585/2013 e Resolução CFF nº 586/2013); Medicamentos genéricos, similares e de referência; Exercício e Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 197/2017 (Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana). Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde. Farmacovigilância. Farmacoeconomia. Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. Receita Digital. Acompanhamento farmacoterapêutico. Indicadores de Saúde. Níveis de Atenção em Saúde. Gestão de pessoas em farmácia. Cálculos em Farmácia. Inspeções e vistorias sanitárias. Educação em Saúde a grupos específicos e de famílias em situação de risco. Conceito de Saúde. Fatores ambientais com incidência na saúde humana. Atividades administrativas e gerenciais na Assistência Farmacêutica da Atenção Básica; Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF); técnicas de armazenamento, logística, sistema de distribuição, consumo médio mensal, ponto de requisição, estoque mínimo e estoque máximo, controle de estoque; Etapas do Ciclo da Assistência Farmacêutica (seleção de produtos farmacêuticos, medicamentos, insumos e produtos para saúde; programação; aquisição; armazenamento; distribuição; utilização); Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT; Uso Racional do Medicamento; Política Nacional de Medicamentos (Portaria GM/MS nº 3.916/1998); Política Nacional de Assistência Farmacêutica; Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS); Medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS 344/1998 e RDC 202/2011); Medicamentos Genéricos e Similares; Código de ética e legislação profissional, humanização do atendimento, atenção à pessoa com deficiência; Farmacovigilância; Farmacocinética e farmacodinâmica: conceitos, interrelações e aplicabilidade à terapêutica, vias de administração, absorção, distribuição e eliminação de fármacos; biodisponibilidade e bioequivalência de medicamentos. Interação fármaco x receptor: curva concentração x efeito, afinidade, eficácia, agonistas e antagonistas farmacológicos, segundos mensageiros e transdução do sinal; Farmacologia dos sistemas; Reações adversas a fármacos e interações entre medicamentos e entre medicamentos e alimentos; Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAMF. Cuidado Farmacêutico.

PSICOPEDAGOGO (CARGO4901)

Psicopedagogia: História da Educação Brasileira: Escola, Estado e Sociedade. Política Educacional; Estrutura e Organização da Educação. Gestão Escolar Democrática: projeto pedagógico; avaliação institucional; avaliação do processo de ensino e aprendizagem. A Psicopedagogia: campo de trabalho e pesquisa; constituição do campo: considerações históricas; o caráter disciplinar; objeto de estudo; os enfoques de trabalho: preventivo (profilático) e remediativo (corretivo); as áreas de atuação: clínica e institucional. Psicopedagogia escolar: Estratégias de ação e instrumentos de avaliação e intervenção. Importância do diagnóstico e do tratamento psicopedagógico. Psicopedagogia e conhecimento: Dificuldades e problemas de aprendizagem, rendimento e fracasso escolar. Rede de vínculos familiar, escolar e do aluno consigo mesmo. O ato de aprender: a aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar; os fatores que intervêm no processo de aprender; a visão psicopedagógica de aprendizagem; o aprender e o não aprender. Distúrbios de aprendizagem: distúrbio de aprendizagem versus dificuldade escolar; diagnóstico diferencial; conceitos; fatores determinantes; principais sinais indicativos (sintomas); tratamentos e orientações educacionais. Diagnóstico psicopedagógico: o diagnóstico: processo dinâmico e flexível; a especificidade do diagnóstico psicopedagógico; queixa inicial; as diferentes versões da queixa: as fontes informantes; a leitura: 1º corpo de hipóteses; etapas do processo diagnóstico: contrato de trabalho e enquadre; instrumentos e técnicas avaliativas; diferentes propostas de encaminhamento do diagnóstico; a comunicação entre profissionais de diferentes áreas; o informe (laudo) e a sessão de devolução e encaminhamento. Tratamento: as diferentes linhas de intervenção; o jogo no processo de tratamento psicopedagógico; a interlocução dos profissionais envolvidos.

Barueri, 13 de janeiro de 2026

Cilene Rodrigues Bittencourt  
Secretária de Administração da Prefeitura Municipal de Barueri

INTIMAÇÃO

Processo Administrativo nº 234231/2025  
Assunto: Assunção de Função Temporária – Período de carência  
Interessada: Viviane Aparecida Silva Leão

Fica Vossa Senhoria cientificada da decisão, enviada ao endereço eletrônico: [viviane770@gmail.com](mailto:viviane770@gmail.com), em 09/12/2025, a qual INDEFERIU o pedido protocolado sob o nº 234231/2025, bem como da faculdade de interpor pedido de reconsideração e/ou recurso, no prazo de 08 (oito) dias corridos, a contar da publicação desta, nos termos do artigo 120, da Lei Complementar n.º 277/2011.

Informo que, foram realizadas tentativas de contato, por intermédio do celular: 11- 9.7780. -772, e envio de telegrama para o endereço informado no ato da inscrição, restando todos os meios infrutíferos.

Informo ainda, que os autos do processo estão à disposição para consulta e extração de cópias, no Departamento Técnico de Normas e Legislação – DTNL, na Secretaria de Administração, situada na Rua do Paço, 08, 1º andar, centro, Barueri/SP, no horário das 8h às 16h30min de segunda a sexta-feira.

Barueri, 18 de dezembro de 2025.

Cilene Rodrigues Bittencourt  
Secretária de Administração

SECULT

SECRETARIA DE  
CULTURA E TURISMO

PORTARIA SECULT/Nº 001, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

JEAN FABIAN DAUD GASPARD, Secretário de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais, consoante Portaria nº 06, de 02 de janeiro de 2025, e



- história em quadrinhos;
- ilustração digital;
- jazz;
- mangá e anime;
- oratória;
- pintura artística;
- pintura com canetas e lápis de cor;
- preparatório de ballet clássico;
- rítmica;
- ritmos;
- sanfona;
- saxofone;
- teatro;
- teclado;
- tricô e crochê;
- trombone;
- trompete;
- tuba;
- ukulele;
- vídeo digital e edição;
- viola de arco;
- violão clássico;
- violão popular;
- violino; e
- xadrez.

**Art. 3º** – O cronograma das oficinas obedecerá ao seguinte formato:

<b>19/01/2026</b>	Início da realização das inscrições
<b>23/02/2026</b>	Início das aulas
<b>Até 5 dias úteis da data de inscrição</b>	Prazo para a entrega do atestado médico (específico para as oficinas de circo, dança e teatro)

**Art. 4º** – A inscrição (matrícula) poderá ser feita de forma online, através do link abaixo: <https://oficinascultura.barueri.br/>

**Parágrafo Único** – O interessado deverá realizar um cadastro prévio para ter acesso à lista de oficinas culturais disponíveis para inscrições.

**Art. 5º** – As oficinas elencadas no Artigo 2º serão ofertadas exclusivamente nos endereços abaixo:

- 1 – COMPLEXO CULTURAL PRAÇA DAS ARTES BARUERI  
Rua Ministro Raphael de Barros Monteiro, 255, Jardim dos Camargos, telefone 5570-1245
- 2 – CENTRO DE EVENTOS DE BARUERI  
Avenida Sebastião Davino dos Reis, 672, Jardim Tupanci, telefone 3164-9275
- 3 – BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BARUERI ENY CORDEIRO  
Av. Ricardo Peagno, 78, Jardim Belval, telefones 4163-5913 e 4163-5916
- 4 – GIBITEKA MUNICIPAL DE BARUERI/MAX ZENDRON  
Rua Rio Grande do Sul, 234, Vila Boa Vista, telefone 4198-0229
- 5 – ESTAÇÃO CULTURAL ALDEIA/LUIZ FERNANDES  
Rua Rio Paraná, 240, Aldeia de Barueri, telefones 4191-1061 e 4191-2713
- 6 – ESTAÇÃO CULTURAL JARDIM MARIA HELENA  
Rua Praia de Copacabana, 101, Jardim Maria Helena, telefone 4194-0207
- 7 – ESTAÇÃO CULTURAL JARDIM PAULISTA/BENEDITO FRANCO  
Avenida Cidade de Itu, 300, Jardim Itaparica, telefones 4194-6014 e 4194-6015
- 8 – ESTAÇÃO CULTURAL JARDIM SILVEIRA/JOÃO GALDINO DE OLIVEIRA  
Avenida Luisa Barbosa Silveira Bueno, 46, Jardim Silveira, telefones 4194-6018 e 4198 5202
- 9 – ESTAÇÃO CULTURAL PARQUE DOS CAMARGOS/CORA CORALINA  
Rua Glória, 630, Parque dos Camargos, telefones 4201-5722 e 4201-5687
- 10 – ESTAÇÃO CULTURAL PARQUE IMPERIAL/LUIZ ODAIR DE SOUZA  
Rua Duarte da Costa, 15, Parque Imperial, telefone 4208-7907
- 11 – ESTAÇÃO CULTURAL PARQUE VIANA/JAIR HONÓRIO  
Estrada dos Pinheiros, 185, Parque Viana, telefone 4201-7298
- 12 – ESTAÇÃO CULTURAL VILA PINDORAMA/SALOMÃO CRUZ  
Avenida da Cachoeira, 74, Vila Pindorama, telefone 4161-6948

**Art. 6º** – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** – Publique-se e cumpra-se a presente Portaria.

**Barueri, 14 de janeiro de 2026.**

**JEAN FABIAN DAUD GASPAR**

**Secretário de Cultura e Turismo**

## SEURB SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

### COORDENADORIA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETOS

#### PROCESSOS APROVADOS

Protocolo: 194.380/2025 Interessado: Jonas Marcos dos Santos  
Protocolo: 037.378/2024 Interessado: Maria de Lourdes Batista Franco e Outros  
Protocolo: 119.583/2024 Interessado: Paulo Eduardo Teixeira da Costa  
Protocolo: 187.402/2024 Interessado: Rui Dias Tavares e Outro  
Protocolo: 230.208/2024 Interessado: CP Administração de Bens Participações e Solução Empresarial Ltda  
Protocolo: 012.571/2025 Interessado: José Augusto de Carvalho Junior  
Protocolo: 202.402/2025 Interessado: Bless Esperança Empreendimentos SPE Ltda  
Protocolo: 227.365/2025 Interessado: Josefa Anselmo Soares  
Protocolo: 241.345/2025 Interessado: Augusto Luiz Silva de Souza  
Protocolo: 244.940/2025 Interessado: Marcelo Passarelli  
Protocolo: 248.903/2025 Interessado: Raimundo Nonato da Silva Aquino  
Protocolo: 249.373/2025 Interessado: Roberto Bolsanelli Lopes  
Protocolo: 002.704/2026 Interessado: Gustavo Seiji Bertato Yashikawa

#### PROCESSOS EM COMUNICADO

Protocolo: 099.747/2024 Interessado: Hélio Silvério de Almeida  
Protocolo: 124.922/2024 Interessado: Congregação Cristã no Brasil  
Protocolo: 124.985/2024 Interessado: Silvania Alves Barroso Beluzi  
Protocolo: 209.518/2024 Interessado: Graieb & Sarno Consultoria e Adm. de Bens Próprios Ltda  
Protocolo: 004.625/2025 Interessado: HBR Investimentos Imobiliários SPE Ltda  
Protocolo: 012.103/2025 Interessado: Maria Angelica Costa Borges  
Protocolo: 012.531/2025 Interessado: Emilio Hermedia Romero  
Protocolo: 012.736/2025 Interessado: Cemart Adm. de Bens Próprios e Comércio Ltda  
Protocolo: 013.498/2025 Interessado: Rogério Severino Faustino  
Protocolo: 122.578/2025 Interessado: Maria Lúcia Kfuri  
Protocolo: 149.167/2025 Interessado: Niton Martins  
Protocolo: 175.269/2025 Interessado: Eduardo Coelho Moliterno  
Protocolo: 214.536/2025 Interessado: Mariah Victória Moreira  
Protocolo: 231.062/2025 Interessado: André Vieira Rolim  
Protocolo: 231.645/2025 Interessado: Brazil Tower Cessão de Onfraestruturas S.A  
Protocolo: 235.883/2025 Interessado: S.M.F. Comercial Ltda  
Protocolo: 238.589/2025 Interessado: Friare Loureiro Empreendimentos e Participações Ltda  
Protocolo: 239.148/2025 Interessado: Eduardo Aranes Borges  
Protocolo: 239.743/2025 Interessado: Alexandre Rogério Pontes  
Protocolo: 240.919/2025 Interessado: Carlos Estevam Panossian  
Protocolo: 241.744/2025 Interessado: Maria Angéla Aparecida Pires  
Protocolo: 241.787/2025 Interessado: Sérgio Luis da Costa Paiva e Maria da Graça Paiva  
Protocolo: 242.757/2025 Interessado: Paulo Roberto Nogueira Carvalho  
Protocolo: 247.716/2025 Interessado: KR Engenharia e Construção Ltda  
Protocolo: 248.269/2025 Interessado: Renata dos Santos Krmick  
Protocolo: 249.089/2025 Interessado: Henrique Martinho de Oliveira  
Protocolo: 249.086/2025 Interessado: Singular Participações e Administração de Bens Ltda

### COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DO USO DO IMÓVEL

#### SOLICITAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA – DEFERIDA

Protocolo: 241.243/2025 Interessado: Richard Santiago  
APP: 58.239/2025 Interessado: Richard Santiago  
Protocolo: 232.096/2025 Interessado: Anônimo  
APP: 057.070/2025 Interessado: Anônimo  
Protocolo: 232.159/2025 Interessado: Anônimo  
APP: 057.237/2025 Interessado: Anônimo  
Protocolo: 227.333/2025 Interessado: Bartolomeu Pereira  
App:57574/2025- Interessado: Anônimo  
Protocolo :001180/2026- Interessado: Anônimo  
Protocolo: 001.322/2026 Interessado: Reginaldo Lemos Cifreais  
Protocolo: APP 60.306/2025 Interessado: Reginaldo Lemos Cifreais  
Protocolo: APP 61.009/2025 Interessado: Anônimo  
Protocolo: 242074/2025 Interessado: Mauro Feliciano  
Protocolo: APP 59453/2025 Interessado: Mauro Feliciano

#### FISCALIZAÇÃO DE EMISSÃO DE RUÍDO – DEFERIDA

Protocolo: 249.590/2025 Interessado: Gabriela  
APP: 061.168/2025 Interessado: Gabriela  
Protocolo: 229.421/2025 Interessado: Iracema Tenorio Zorn

#### SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS SIMPLES DE DOCUMENTOS – DEFERIDA

Protocolo: 237.551/2025 Interessado: Maria Lucia Descrove  
Protocolo: 243.604/2025 Interessado: Luciano Lopes da Silva

#### SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO – DEFERIDO

Protocolo :246.890/2025 Interessado: Heitor Antônio Rodrigues

#### SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO – INDEFERIDA

Protocolo: 237.920/2025 Interessado: Edifício Residencial Wave  
Protocolo: 239.955/2025 Interessado: Edson Roberto Dias  
Protocolo: 228.327/2025 Interessado: Emanuel Soares Rodrigues

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO (NOTIFICAÇÕES E AUTO DE INFRAÇÃO/MULTA)

Convocamos os proprietários e/ou os responsáveis pelo uso dos imóveis abaixo especificados a comparecerem ao órgão competente (Secretaria de Planejamento e Urbanismo), situado à Rua Tarumã nº 51 – Belhaven I, Barueri - SP, para resenarem defesa, devidamente instruída pelas provas de suas alegações, ou requererem a impugnação, por meio de expediente administrativo próprio, dos Atos Administrativos praticados pelos Agentes Fiscalizadores.

Auto de Infração e Embargo de Obra Nº 379 de 30 de dezembro de 2025 (1)  
Francisco Ferreira Moura  
Rua Pero Vaz de Caminha, 127 – Parque Imperial / Mutinga – Barueri - SP  
Prazo: 10 (dez) dias após a 1ª publicação

Auto de Multa Nº 044 de 22 de dezembro de 2025 (3)  
Agel Anéis Gaxetas e Equipamentos Ltda  
Avenida Pirambaio, 1322 – Sítio Tamboré / Tamboré – Barueri - SP  
Prazo: 10 (dez) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 388 de 18 de dezembro de 2025 (1)  
Roc 2 Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA  
Alameda Tocai, 205 - Vila Solala – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Auto de Interdição Total Nº 391 de 18 de dezembro de 2025 (1)  
Reinaldo Tiburcio  
Avenida Grimaldo Tolaini, 1143 - Votupoca – Barueri – SP  
Prazo: Imediato

Notificação de Advertência Nº 393 de 23 de dezembro de 2025 (1)

Lucas Rico Oliveira Lima  
Alameda República Dominicana, 110 – Alphaville Residencial 02 – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Auto de Interdição Parcial Nº 394 de 23 de dezembro de 2025 (1)  
DDCOM SYSTEMS LTDA  
Alameda Peru, 113 – Alphaville Residencial 02 – Barueri – SP  
Prazo: Imediato

Auto de Interdição Parcial Nº 395 de 23 de dezembro de 2025 (1)  
Neyde Gameiro Batista  
Alameda República Dominicana, 126 – Alphaville Residencial 02 – Barueri – SP  
Prazo: Imediato

Notificação de Advertência Nº 396 de 22 de dezembro de 2025 (1)  
EPH – Empresa Paulista de Habitação  
Avenida Grimaldo Tolaini, 1031 - Votupoca – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Auto de Interdição Total Nº 397 de 29 de dezembro de 2025 (1)  
EV Lopes Administração e Participações S/A  
Av. Henriqueta Mendes Guerra, 826 Jardim São Pedro / Centro – Barueri – SP  
Prazo: Imediato

Auto de Interdição Parcial Nº 398 de 29 de dezembro de 2025 (1)  
Rafael Farias da Luz Ferrari  
Rua Das Marias, 36f Silveira – Barueri – SP  
Prazo: Imediato

Notificação de Advertência Nº 400 de 29 de dezembro de 2025 (1)  
Lidio Pereira dos Santos  
Rua Gabriela, 5 Parque dos Camargos / Silveira Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 401 de 30 de dezembro de 2025 (1)  
JMF 8 Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA  
Alameda Washington, 45 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 403 de 30 de dezembro de 2025 (1)  
GRAN Barueri Empreendimentos SPE LTDA  
Alameda Manhattan, 114 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 404 de 30 de dezembro de 2025 (1)  
CH14 Participação e Incorporação LTDA  
Alameda Washington, 0 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 15 (quinze) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 001 de 05 de janeiro de 2026 (1)  
Rvs Construtora e Incorporadora  
Rua Terra, 141 e 173 Jardim Tupanci / Cruz Preta – Barueri – SP  
Prazo: 5 (cinco) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 002 de 05 de janeiro de 2026 (1)  
Joel de Oliveira  
Avenida Henrique Gonçalves Baptista, 1164 – Jardim Belval / Belval – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 003 de 06 de janeiro de 2026 (1)  
Rene Aparecido de Araújo Lima  
Rua da Prata, 502 – Jardim dos Camargos – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 004 de 07 de janeiro de 2026 (1)  
PORTAL CONSULTORIA & PARTICIPAÇÕES LTDA  
Estrada Yojiro Takaoka, 3551 – Aldeia da Serra – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 005 de 06 de janeiro de 2026 (1)  
Sizuko Yamaguti do Nascimento  
Rua da Prata, 912 – Jardim dos Camargos – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 006 de 07 de janeiro de 2026 (1)  
Claudia Yumi Yamamoto Chnechi  
Rua da Prata, 1070 – Jardim dos Camargos – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 007 de 07 de janeiro de 2026 (1)  
Genildo Luiz da Silva  
Avenida da Aldeia, 776 Loteamento Malavari/ Aldeia – Barueri – SP  
Prazo: 15 (quinze) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 008 de 07 de janeiro de 2026 (1)  
Tania Maria Cestari  
Estrada Velha de Itapevi, 4856 – Vale do Sol / Silveira – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 009 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
José Abraão da Silva  
Avenida Anibal Correia, 830 –Parque Viana – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 010 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
Carlos Leonardo Mafra Correa  
Avenida Anibal Correia, 830 –Parque Viana – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Auto de Multa Nº 001 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
Scala Data Center S.A  
Avenida Ceci, 1.600 – Sítio Mutinga / Mutinga – Barueri – SP  
Prazo: Imediato

Auto de Multa Nº 002 de 09 de janeiro de 2026 (1)  
Jonas Marcos dos Santos  
Estrada Velha de Itapevi, 4.500 – Park das Nações / Silveira – Barueri – SP  
Prazo: Imediato

Auto de Infração e Embargo de Obra Nº 011 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
FINAXIS CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.  
Avenida Anibal Correia, 830 –Votupoca – Barueri – SP  
Prazo: 10 (DEZ) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 012 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
JMF 8 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda  
Alameda Washington, 45 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 013 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
G1 Empreendimentos Imobiliários Ltda  
Alameda Washington, 670 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 014 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
CNA Spitaletti Construtora e Incorporadora Ltda  
Alameda Washington, 824 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 015 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
CH14 Participação e Incorporação Ltda  
Alameda Washington, 901 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 016 de 08 de janeiro de 2026 (1)  
JMF 7 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda  
Alameda Washington, 1084 – Alphagran / Alphaville – Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

Notificação de Advertência Nº 017 de 12 de janeiro de 2026 (1)  
Marina Toppa De Oliveira  
Rua Petrolina, 347 Cidade de Munhoz Junior/ Mutinga– Barueri – SP  
Prazo: 30 (trinta) dias após a 1ª publicação

## SNJ SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

### DECRETO Nº 10.311, DE 9 DE JANEIRO DE 2026

## REGULAMENTA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO, PROCEDIMENTO AUXILIAR PREVISTO NO INCISO II DO ARTIGO 78 DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BARUERI

**JOSÉ ROBERTO PITERI**, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

### D E C R E T A :

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### Seção I Do Objeto e Âmbito de Aplicação

**Art. 1º** Este decreto dispõe sobre os procedimentos de pré-qualificação, procedimento auxiliar de que trata o artigo 78, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Barueri.

**Art. 2º** Para fins do disposto neste decreto, são adotadas as definições trazidas no artigo 6º da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Para os procedimentos de que trata este decreto, deve ser utilizada, no que couber, a plataforma ou sistema utilizados pela Administração Municipal.

## CAPÍTULO II DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

### Seção I

### Regras Gerais Pré-Qualificação Subjetiva e Objetiva

**Art. 3º** A pré-qualificação é o procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital, destinado à análise das condições de habilitação, total ou parcial, dos interessados ou do objeto, para selecionar previamente:

- I - licitantes que reúnam condições de habilitação exigidas para participar de futura licitação, denominando-se pré-qualificação subjetiva; ou
- II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pela Administração, denominando-se pré-qualificação objetiva.

§1º A pré-qualificação subjetiva se aplica para programas de obras ou de serviços objetivamente definidos.

§2º Nos casos de obras e serviços de engenharia, a pré-qualificação objetiva somente pode ser aplicada aos bens eventualmente fornecidos na execução do objeto, caso previsto.

**Art. 4º** Pode ser realizada a pré-qualificação dos tipos subjetiva e objetiva, de que trata o caput do art. 3º deste decreto, em um mesmo procedimento.

**Art. 5º** É permitido a um mesmo licitante participar de procedimentos de pré-qualificação de objetos distintos, simultaneamente, devendo o instrumento convocatório indicar situação em que haja limitação, mediante justificativa aprovada pela autoridade competente.

**Art. 6º** No caso de pré-qualificação objetiva, a Administração pode exigir a apresentação de amostra ou prova de conceito, prevendo no edital os critérios objetivos de análise e aprovação.

§1º A apresentação de amostra ou prova de conceito pode ser dispensada, caso o licitante apresente certificado válido, emitido por comissão de contratação constituída por outro órgão ou entidade pública.

§2º Na hipótese do § 1º deste artigo, caso a comissão ou o agente de pré-qualificação, após deliberação, entenda necessária a análise física do bem, deve abrir prazo de até 3 (três) dias para que os interessados apresentem a amostra ou prova de conceito, nos termos estabelecidos em edital, conforme disposto no *caput* deste artigo.

§3º O edital pode prever a demonstração do bem e suas funcionalidades por documentos técnicos, certificados, folders, fotos, vídeos, videoconferências, plataforma de realidade aumentada ou através de treinamento em ambiente de realidade virtual ou presencialmente, a expensas dos licitantes, caso necessário, garantindo-se ao interessado o direito à contraprova.

§4º Pode ser viabilizado o acompanhamento das etapas das análises de amostra ou prova de conceito para todos os interessados.

### Subseção I Pré-Qualificação Parcial ou Total

**Art. 7º** A pré-qualificação pode ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

Parágrafo único. A pré-qualificação não impede a avaliação, no curso da licitação, de requisitos adicionais ou atualizações julgadas necessárias pela Administração e previstas em edital.

### Seção II Do Procedimento para a Pré-qualificação

### Subseção I Condução e Abertura do Procedimento

**Art. 8º** O procedimento de pré-qualificação é conduzido por comissão de contratação, designada pela autoridade competente.

§1º A comissão de contratação que se refere o *caput* deste artigo é composta por no mínimo 3 (três) membros, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos à pré-qualificação, conforme estabelece o inciso L do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

§2º Nos casos de bens e serviços comuns e serviços comuns de engenharia, o procedimento pode ser conduzido por agente de contratação.

§3º É facultado ao órgão ou entidade contratante, quando a análise envolver bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, contratar, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução do procedimento de pré-qualificação.

**Art. 9º** A pré-qualificação é iniciada com a abertura do processo administrativo, devendo ser instruído com todos os documentos e elementos necessários.

Parágrafo único. A fase preparatória da pré-qualificação segue as normas do Decreto Municipal nº 9.787, de 12 de abril de 2023, no que couber.

### Subseção II Edital de Chamamento

**Art. 10.** Sempre que a Administração entender conveniente iniciar procedimento de pré-qualificação, observado o art. 9º deste decreto, deve publicar edital de chamamento para que quaisquer interessados demonstrem o cumprimento das exigências anunciadas, devendo observar as regras do art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, no que couber, bem como os seguintes elementos:

- I - prazo de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, para exame e decisão de que trata o art. 15 deste decreto;
- II - previsão de consulta prévia acerca da inexistência de sanção que impeça a participação em futuras contratações;
- III - indicação quanto à possibilidade ou não de a resultado da pré-qualificação ser utilizado por outros órgãos e entidades, incluídos os de outros entes e poderes;
- IV - informação se as futuras licitações devem ser restritas aos pré-qualificados e, quando for o caso, com a respectiva estimativa de quantitativos mínimos que a Administração pretende adquirir ou contratar nos próximos 12 (doze) meses; e
- V - critério de limitação, nos termos do art. 5º deste decreto, quando for o caso.

§1º O instrumento convocatório pode:

- I - informar outros requisitos que devam ser avaliados no âmbito da pré-qualificação, além do parâmetro técnico; e
- II - admitir a participação de profissionais ou empresas consorciadas, por meio da apresentação de compromisso de constituição de consórcio, devendo ser observadas as normas constantes do art. 15 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

**Art. 11.** A publicidade do edital de chamamento será assegurada mediante a divulgação e a manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observado, ainda, o disposto no art. 42 do Decreto nº 9.787, de 12 de abril de 2023.

### Subseção III Execução do Procedimento

**Art. 12.** A pré-qualificação pode ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos licitantes.

Parágrafo único. Os bens e os serviços pré-qualificados devem integrar o catálogo de bens e serviços da Administração.

**Art. 13.** O procedimento de pré-qualificação pode considerar, para fins de especificação do objeto, o resultado do processo de padronização previsto no art. 43 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

**Art. 14.** Os interessados devem apresentar, nas condições exigidas no edital de chamamento, a documentação para comprovação dos requisitos técnicos ou de habilitação necessários ao atendimento da pré-qualificação.

**Art. 15.** A apresentação de documentos far-se-á perante a comissão de contratação do órgão ou entidade responsável pelo procedimento, que deve examiná-los no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição, na forma prevista em edital.

**Art. 16.** Uma vez analisada a documentação e não identificados impedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133 de 2021, neste decreto ou no instrumento convocatório, o órgão ou entidade responsável pelo procedimento deve divulgar o resultado da pré-qualificação, por meio de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no site oficial do Município e no Diário Oficial do Município de Barueri, conferindo aos interessados prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso.

§1º Cabe à comissão de contratação, receber, examinar e decidir os eventuais recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

§2º Últimado o julgamento dos recursos ou decorrido o prazo para sua interposição, a autoridade competente deve homologar o resultado da pré-qualificação e divulgar as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo dos licitantes e dos bens pré-qualificados, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Diário Oficial do Município de Barueri, mantendo-os à disposição do público.

**Art. 17.** Do resultado da pré-qualificação é atribuído certificado aos pré-qualificados, cuja validade será:

- I - de 1 (um) ano, no máximo; e
- II - não superior ao prazo de validade dos documentos técnicos apresentados pelos interessados.

§1º Para fins do inciso II do *caput* deste artigo, considerar



I - já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação, ainda que o pedido de pré-qualificação seja deferido posteriormente; e  
II - estejam regularmente cadastrados.

**Subseção IV**  
**Contratação Restrita aos Pré-Qualificados**

**Art. 19.** A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação pode ser restrita a licitantes ou bens pré-qualificados, desde que previsto em edital e ainda:  
I - os requisitos de qualificação técnica exigidos sejam compatíveis com o objeto a ser contratado; e  
II - conste do processo administrativo justificativa demonstrando a conveniência e oportunidade de se restringir a participação na licitação apenas dos licitantes ou produtos pré-qualificados.

§1º Só podem participar da licitação restrita aos pré-qualificados:  
I - os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório, já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação; e  
II - os produtos que tenham sido considerados pré-qualificados e homologados, ou cuja documentação, ou mesmo amostra, tenha sido apresentada até a data assinalada em aviso prévio, a ser publicado antes da realização da respectiva licitação.

§2º Após a data final fixada pelo aviso prévio mencionado no inciso II do § 1º deste artigo, não pode haver inclusão de novos documentos ou apresentação de novas amostras pelos interessados, salvo em caso de realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, a critério da Administração.

**Seção III**  
**Do Cancelamento, Anulação ou Revogação**

**Art. 20.** A autoridade competente do órgão ou entidade responsável pelo procedimento de pré-qualificação pode, justificadamente, observado o art. 71 da Lei Federal nº 14.133 de 2021:  
I - cancelar o certificado de pré-qualificação, nos casos de ocorrência de fraude ou falsidade nas declarações ou provas documentais apresentadas no processo de pré-qualificação;  
II - cancelar o certificado de pré-qualificação, caso não seja observado o disposto no art. 17 deste decreto;  
III - revogar o procedimento de pré-qualificação por motivo de conveniência e oportunidade, em virtude de fato superveniente devidamente comprovado; ou  
IV - anular o procedimento de pré-qualificação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

§1º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, deve ser instaurado processo administrativo de apuração de responsabilidade nos termos de regulamento específico.  
§2º A revogação ou anulação do procedimento de pré-qualificação, de que tratam os incisos III e IV do *caput* deste artigo, deve ser precedida de prévia manifestação dos interessados e implica o cancelamento automático de todos os certificados de pré-qualificação dele decorrentes.

§3º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do *caput* deste artigo, fica assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, cabendo a apresentação de recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da comunicação do cancelamento ao pré-qualificado.

**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 21.** Os agentes de que trata este decreto respondem civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições que lhe forem confiadas, estando sujeitos às penalidades previstas nas normas em vigor.  
**Art. 22.** O Município de Barueri pode editar normas complementares para a execução do disposto neste decreto.  
**Art. 23.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Barueri, 9 de janeiro de 2026.

**JOSÉ ROBERTO PITERI**  
Prefeito Municipal



**ATOS OFICIAIS**  
**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

**FIEB** **FUNDAÇÃO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE BARUERI**  
**Gabinete da Superintendência**  
**DESPACHO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Processo Administrativo nº: 75/2025  
Recorrente: Érico Menezes Pedroso  
Advogadas: Tais Coutinho Modaelli, OAB/SP 378.767 e Rubenice Coutinho Montanaro, OAB/SP 428.918.  
Assunto: Decisão Final em Grau de Recurso – Aplicação de Advertência

**I. RELATÓRIO E ADMISSIBILIDADE**

Trata-se de recurso administrativo interposto contra a penalidade de advertência formal aplicada em 26/09/2025 anexado às fls. 45/55 dos autos. Em que pese o esforço argumentativo da defesa, o recurso padece de vício insanável de **extemporaneidade**.

Nos termos do Artigo 201 da Lei Complementar Municipal nº 277/2011, o prazo recursal é de 05 (cinco) dias úteis. A ciência da decisão ocorreu em 03/10/2025, expirando-se o prazo legal em 10/10/2025. O protocolo, contudo, só foi realizado em 18/12/2025. Assim, **NÃO CONHEÇO** do recurso por ser manifestamente intempestivo.

**II. DO MÉRITO**

Em respeito ao princípio da autotutela e da busca pela verdade real, analiso o mérito para fins de confirmação da legalidade do ato:

- Da Materialidade Inequivoca:** O próprio servidor reconheceu parcialmente os fatos. A divergência de conteúdos em avaliação de História e o episódio com a discente Júlia Nakahara restaram comprovados, configurando falha no dever de zelo e técnica pedagógica.
- Da Dosimetria e Caráter Educativo:** Embora o servidor alegue ausência de dolo e histórico ilibado, a Administração Pública agiu com a máxima moderação ao aplicar a Advertência Formal, que é a sanção mais branda prevista no estatuto.
- Da Inexistência de Contradição:** O reconhecimento da ausência de má-fé deliberada não exime o servidor de sua responsabilidade funcional. A penalidade aplicada já absorveu o caráter educativo pretendido, servindo como registro necessário para o aprimoramento do serviço e prevenção de reincidências.

**III. DECISÃO**

Pelo exposto, diante da intempestividade e da inexistência de fatos novos que justifiquem a revisão por injustiça, **MANTENHO A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA POR SEUS PRÓPRIOS E JURÍDICOS FUNDAMENTOS**, bem como pelos motivos ora aditados neste despacho.

Publique-se e arquite-se junto ao prontuário funcional do servidor.

Barueri/SP, 08 de janeiro de 2026.

**Roger Carrara Navarro**  
Superintendente Adjunto da FIEB

**IPRESB** **INST. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BARUERI**

**Convocação**  
**Concurso Público 01/2024 – IPRESB**

Convocamos o candidato abaixo relacionado a comparecer à sede do IPRESB – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Barueri, sita na Alameda Waqih Salles Nemer, 85- Centro – Barueri/SP, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, nos termos do artigo 12, parágrafo 1º da Lei Complementar 277 de 07/10/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Barueri).

O não comparecimento implicará em sua desclassificação.

Nome	Cargo Público Efetivo	Edital	Classificação
Eber Bruno Lima	Controlador Interno	01/2024	02º

**Weber Seragini**  
**Presidente – IPRESB**



MINISTÉRIO DA  
**DEFESA**

**JSM 022 BARUERI**



Reprodução permitida, desde que citada a fonte.